



Revista Eletrônica de Ciências Humanas Letras e Artes

A MULHER NA POLÍTICA: A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA “MULHER POLÍTICA” PELA ONU

Thaís Soares Pellosi
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

RESUMO: Desde muito tempo, é possível dizer que a mulher luta para reivindicar seu espaço na sociedade, e isso não é diferente no meio político, tanto na questão eleitoral, quanto na representativa. Nesse aspecto, este trabalho objetiva averiguar e analisar as características e especificidades que giram em torno da “mulher política” identificada dentro da ramificação de uma importante Organização Internacional, a ONU Mulheres, como também de apontar qual a relevância dada a esse grupo pela Organização Internacional ONU. Para a realização dessa pesquisa, o *corpus*, que inclui quatro notícias e uma seção do site da instituição, será examinado sob a perspectiva teórica da Análise do Discurso de linha francesa, em especial na fundamentação de Michel Pêcheux e em diálogo com a proposta arqueogenética de Michel Foucault. Diante disso, constitui objetivos específicos desta pesquisa: a) analisar a construção do site ONU Mulheres e os posicionamentos ali estabelecidos por meio de temáticas que se constituem própria das mulheres na política; b) estudar a relação entre memória, sujeito, poder e ideologia, por meio da narrativa das notícias com a proposição do site e da instituição que o criou; c) compreender como os mecanismos discursivos presentes nos textos podem contribuir para a criação de um perfil para a mulher no meio político, por meio da adoção de uma postura padrão; d) analisar o papel da ONU Mulheres na criação desse perfil e suas formas de propagação da representatividade da mulher no meio político.

Palavras-chave: Mulher na política; ONU mulheres; direitos; violência política

*THE WOMAN IN POLITICS: THE DISCURSIVE CONSTRUCTION OF THE
“POLITICAL WOMAN” BY THE UN*

ABSTRACT: For a long time, it is possible to say that women struggle to claim their space in society, and this is no different in the political environment, both in terms of elective and representative issues. In this regard, this research aims to investigate and analyze the characteristics and specificities that exist around the “woman politician”

identified within the branch of an important International Organization, UN Women, as well as to point out the relevance given to this group by the International Organization UN. In order to carry out this research, the *corpus*, which includes four news and a section of the website of the institution in focus, will be examined from the theoretical perspective of French Discourse Analysis, in particular in the grounds of Michel Pêcheux's and in dialogue with the proposal Michel Foucault's Archaeogenetics. Therefore, the specific objectives of this research are: a) to analyze the construction of the UN Women website and the positions reached there through themes that become specific to women in politics; b) study the relationship between memory, subject, power and ideology, through the narrative of the news with the proposition of the website and the institute that created it; c) understand how the discursive debates present in the texts can contribute to the creation of a profile for women in the political environment, through the adoption of a standard posture; d) analyze the role of UN Women in creating this profile and its ways of influencing women's representation in the political environment.

Keywords: Woman in politics; UN women; rights; political violence

1. Introdução

O poder, conforme o comprehende Michel Foucault, não é algo palpável, estável ou concreto, ele é na verdade compreendido por meio de suas relações. Assim, não é possível definir o que ele seria, mas analisá-lo a partir de suas expressões e de suas apresentações nos distintos momentos históricos abordados pelo *corpus*. O que importa neste estudo são as microrrelações sociais que passam a construir o entendimento do poder frente aos diferentes modos de exercício que podem apresentar os indivíduos (SOUZA, 2011). Nesse sentido, quando a discussão permeia o contexto feminino, tanto nos tempos antigos quanto no momento atual, é possível identificar diferentes expressões de poder, mais ou menos privilegiadas. Em princípio, pode-se dizer que a mulher carregou, ao longo do tempo, uma posição de menor poder em suas microrrelações cotidianas, seja no ambiente doméstico, público ou institucional. Porém, o que se pode notar são as expressões de resistência que foram frutos dessa situação menos privilegiada, nas quais as mulheres passaram a buscar mais espaço e notoriedade.

Partindo desse entendimento, observa-se que a mulher historicamente sempre teve seu espaço negado nos mais diversos meios e ambientes e, consequentemente, dificilmente pôde participar de qualquer expressão do meio político ou institucional. No início da *Odisséia*, de Homero, a qual data de quase 3 mil anos, há o relato de um homem mandando uma mulher se calar, com o argumento de que sua voz não deveria

ser ouvida em público. A história de Ulisses, ainda, conta com outros momentos de exercício do poder de homens sobre a presença social da mulher, como quando seu filho Telêmaco, ao presenciar um bardo cortejando sua mãe, Penélope, por meio de uma canção afirma que esta deveria voltar para seus aposentos e retomar suas atividades, deixando o discurso aos homens, já que o poder a eles pertence (MARY BEARD, 2017).

Manifestações de afastamento político e social como essas não são um evento exclusivo de tempos antigos e ainda podem ser vistas na contemporaneidade, se revelando ainda mais fortes quando se trata de uma mulher com atuação política. Hillary Clinton, conhecida política norte-americana, foi por diversas vezes atacada, tendo sua figura associada a imagens e expressões desagradáveis. Dentre esses momentos, teve sua imagem reproduzida com os cachos ofídicos de Medusa, colocando seu adversário político à época, Donald Trump, como o herói que cortou sua cabeça. No espaço brasileiro, Dilma Rousseff, primeira mulher a assumir a presidência do país, também sofreu ataques desse tipo, em que sua figura foi configurada como a cabeça de Medusa, além de outras ocorrências da degradação de sua postura como uma autoridade política (MARY BEARD, 2017). Com esses exemplos, se evidencia que as situações de afastamento e ridicularização da mulher que busca participar do meio político perpassam todas as conquistas que esse grupo conseguiu obter ao longo dos anos, e revelam como a posição de poder da mulher, nas mais diversas relações, ainda permanece desprivilegiada.

Nas palavras de Beard (2017), “As mulheres no poder são vistas como tendo ultrapassado os limites ou se apossado de algo a que não têm direito”. Desse modo, são vítimas das ações daqueles que se veem como detentores de seus direitos e têm sua posição colocada em xeque a todo momento, como um reflexo da visão que distancia as mulheres das estruturas institucionais de poder. Com isso, mostra-se importante impulsionar ações e instituições que reafirmem que, assim como qualquer outro cidadão, a mulher possui uma posição detentora de poder no meio social e político de acordo com as normas sociais, a qual foi por muito tempo negado a elas. Assim, a ONU Mulheres, entidade para a promoção do empoderamento feminino, se configura como um desses locais, que se posiciona em meio a sociedade para fazer valer os direitos das mulheres, o que inclui a vida pública e os espaços de debate.

A Instituição ONU Mulheres é uma entidade das Nações Unidas que age em prol da igualdade de gênero e do empoderamento feminino. Nesse aspecto, a ideia da

Instituição é fomentar esses princípios não apenas como direitos humanos, mas também como fator central para o desenvolvimento cultural, social e econômico da sociedade como um todo. A instituição trabalha com foco em cinco temas centrais: liderança e participação das mulheres na sociedade; fim da violência contra a mulher; presença de mais mulheres em processos de paz e segurança; empoderamento econômico; consolidação da igualdade de gênero como fator principal para o planejamento e orçamento do desenvolvimento nacional (UNAIDS, 2015). Dessa forma, de acordo com o que consta na página da própria instituição, a ONU Mulheres se coloca como um meio que se propõe a tornar possível que os espaços que sempre foram de direito das mulheres sejam permeados e utilizados por elas.

Neste trabalho de pesquisa, nos inscrevemos no campo da Análise do Discurso de linha francesa, inicialmente elaborada nos trabalhos de Michel Pêcheux e Jean Dubois e que, apresenta o discurso como principal objeto de estudo, permitindo análises por meio da relação entre o linguístico e o histórico (GREGOLIN, 2013). Assim, esse campo de investigação foi posteriormente ainda mais desenvolvido por meio de diálogos com pesquisadores de diferentes campos, como Louis Althusser, Michel Foucault, Mikhail Bakhtin e Jacques Lacan, partindo da apreensão do sujeito que é constituído pela realidade na qual está inserido, entendendo sua posição social e histórica a fim de observar as articulações que ocorrem entre língua e ideologia na constituição de um discurso.

O presente trabalho, com isso, por meio da análise de enunciados presentes no site da ONU Mulheres, busca entender as construções do sujeito “mulher política”, refletindo sobre as posições sociais e históricas em que são colocadas as mulheres nesse cenário, e as ideologias que atravessam essas produções discursivas. Para tanto, foram escolhidos cinco textos (sendo quatro notícias e uma seção do site), com o intuito de que seja possível observar como as mulheres são identificadas e caracterizadas por essa instituição, bem como entender o seu papel como precursoras desse avanço político e social. As notícias em questão, que compõem essa análise, estão publicadas no site da própria organização ONU Mulheres e têm em comum o tema mulheres e política. A primeira delas, intitulada *Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres lança o Selo “Não à Violência Política”*, busca informar sobre a criação deste selo e ponderar sobre sua importância como símbolo para o enfrentamento da violência política, principalmente por meio de políticas públicas.

A matéria *Com apoio da ONU Mulheres, plataforma on-line reúne estudos*

inéditos sobre a participação das mulheres brasileiras na política apresenta uma plataforma que promove o acesso a dados e estudos que explicam os caminhos e os obstáculos enfrentados pelas mulheres que querem participar do meio político e de suas atividades. Além disso, a matéria noticia a parceria existente entre a ONU Mulheres e a plataforma e, ainda, aponta outros parceiros que possibilitaram esse lançamento. Já o texto *ONU Mulheres Brasil se une a representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em reunião virtual sobre violência e participação política das mulheres* aborda o cenário das eleições municipais de 2020 e apresenta os pontos que ainda precisam ser enfrentados para a paridade política, enfatizando como o ano e a pandemia trouxeram obstáculos em relação a alguns avanços que ocorriam no ramo. No que se refere à matéria *ONU lança rede latino- americana para promover participação das mulheres na política*, esta trata da iniciativa Atenea, um mecanismo que procura aumentar a participação feminina na política na América Latina.

Além destas matérias e reportagens anteriormente citadas, será averiguada a seção *Sobre a ONU Mulheres*, que mostra como a instituição se apresenta à sociedade e o que ela busca conquistar com sua atuação em prol das mulheres brasileiras. Nesse cenário, busca-se, com base na Análise do Discurso, entender e analisar como a organização ONU Mulheres procura atingir o objetivo ao qual se propôs e, ainda, observar como esta caracteriza discursivamente as mulheres brasileiras quando se trata de participação política.

Para atingir à proposta, o artigo iniciará conceituando a Análise do Discurso, trazendo os principais pressupostos teóricos que serão utilizados durante as análises, a fim de facilitar o entendimento das abordagens. Em seguida, serão apresentados os enunciados a serem analisados, os quais serão descritos com suas características principais destacadas. Com isso, será possível chegar às análises, que farão o elo entre os pressupostos teóricos e os enunciados escolhidos. Por fim, serão pontuadas as conclusões finais sobre o trabalho.

1. As bases da Análise do Discurso de Linha Francesa (AD)

A Análise do Discurso de linha francesa, também denominada de AD, é o resultado dos estudos de Jean Dubois e Michel Pêcheux desenvolvidos a partir da segunda metade da década de 1960, e posteriormente permeadas pelo diálogo com Michel Foucault, Mikhail Bakhtin, Jacques Lacan, entre outros. Pêcheux e seu grupo

buscaram entender mais profundamente os aspectos sociais, históricos e ideológicos que constituem discursos e apreender os efeitos de sentido que emergem quando formulados, ou seja, materializados na linguagem (verbal e não verbal): “Análise do Discurso implica apreender a língua, o sujeito e a história, em funcionamento, uma vez que a própria teoria do discurso revela uma determinação histórica dos processos semânticos, e, com isso, uma dispersão dos sentidos” (FERNANDES, 2008, p. 51).

Assim, em sua base, a AD é fundamentada em três suportes de conhecimentos científicos: o materialismo histórico (como teoria da formação e transformação social), a linguística (como teoria dos processos sintáticos e enunciativos) e a teoria do discurso (que permite a análise dos sentidos em processos históricos). Há, ainda, a contribuição da psicanálise, uma vez que permite compreender o funcionamento do sujeito discursivo e do discurso, atravessados pelo inconsciente (FERNANDES, 2008). Em sua emergência, então, a Análise do Discurso promove uma relação entre a materialidade linguística e elementos que são exteriores à língua.

Dessa forma, o que se entende por Análise do Discurso passou por um processo evolutivo, uma vez que no início era compreendida apenas como a leitura e análise de discursos de cunho político, e posteriormente foi ampliada para uma compreensão que engloba o que é chamado de análise da textualização do político, em que pese o simbólico e as relações de poder que existem nesse cenário. Para além disso, alguns autores, como Orlandi (2005), buscam aprofundar essa ótica, vendo também a política da língua que acaba materializada nos textos, em outras palavras, na formulação, por gestos de interpretação que se formam a partir da textualização do discurso. Assim, o que se busca, de modo geral, é enxergar para além dos sentidos literais das palavras, ou seja, para os sentidos que são criados pelas formações discursivas.

Nesse sentido, Pêcheux considera que o discurso é construído a partir dos efeitos de sentido entre os locutores. Com isso, a intenção é a de estimular o entendimento do que o sujeito diz na relação com outros dizeres, como também o que ele não diz, trabalhando sujeito, língua e história (ORLANDI, 2005). Em suma, não é possível considerar que as pessoas dizem a mesma coisa quando formulam estruturas linguísticas que já foram ditas, visto que os discursos não são aleatórios, sendo necessário observar também aquilo que foi escolhido para ser dito no lugar do não dito e a relação que estabelece com outros dizeres, ou seja, é preciso levar em conta não apenas a formulação, mas também o processo de constituição dos enunciados. Assim, é possível traçar uma diferenciação entre língua, expressa em formato de texto, e o

próprio discurso, já que um servirá de base para que seja possível a concepção e análise do outro, podendo dizer que o texto é o local de manifestação do discurso.

Ainda, de acordo com Orlandi (2005), o sujeito trabalhado pela análise do discurso não pode ser entendido nem como onipotente, tampouco como autônomo. Dessa forma, ele é uma pluralidade, que se constitui por diversos fatores externos a ele, definido, portanto, como sujeito a partir do contexto sócio-histórico no qual está inserido. Sua condição é pré-estabelecida, uma vez que é determinada pelo contexto e permeada pela língua e pela história. Em relação a isso, ainda se observa que o sujeito se inscreve em formações discursivas que determinam aquilo que pode, e algumas vezes deve, ser dito em uma situação já estabelecida. Gregolin (2003) complementa a ideia afirmando que: “O sujeito não é considerado como um ser individual, que produz discursos com liberdade: ele tem a ilusão de ser o dono do seu discurso, mas é apenas um efeito do assujeitamento ideológico”.

Em convergência com o sujeito está o discurso, que se constitui sobre algo já existente, algo que todos já sabem e que faz parte da memória discursiva. Assim, ele provém da criação dos saberes e articula um espaço entre saber e poder, já que quem fala, fala de algum lugar e sobre algum outro sujeito com seus próprios saberes (GREGOLIN, 2003). O discurso se mostra como o local em que as ideologias são materializadas, e este por sua vez nada mais é do que a junção de diversos enunciados, emitidos a partir de uma identificação de posição do sujeito discursivo, permeados por suas condições históricas de constituição.

Partindo dos enunciados que formam o discurso, é proposto por Pêcheux que não seja separado estrutura e acontecimento, os quais permeiam a relação da língua com sua exterioridade, mas que seja compreendida a memória discursiva, a qual faz com que o que já foi dito embase o dizer (ORLANDI, 2005). Nesse sentido, as pessoas são compreendidas como sujeito discursivo e, com isso, como detentoras de saberes prévios que são mobilizados na produção de sentidos, por meio da ideologia e do inconsciente, que se materializam na forma do discurso. A memória discursiva, ao produzir uma materialidade, tangencia passado e futuro ao usar saberes prévios e constituídos historicamente para a produção de novos sentidos.

O arcabouço conceitual da Análise do Discurso é, portanto, bastante profícuo para o desenvolvimento deste trabalho, uma vez que trabalha com a noção de sujeito discursivo, inserido em uma conjuntura social, com um lugar social e que é histórica e ideologicamente marcado, com o conceito de memória discursiva, que é coletiva e

inclui a coletividade dos sujeitos, esses que compartilham aspectos socioculturais e ideológicos. Além disso, a noção de formação discursiva, que indica as formações ideológicas que integram um determinado discurso, e o interdiscurso, que se relaciona com o exterior da formação discursiva (FERNANDES, 2008), bem como as microrrelações de poder, permitirão melhor apreender a produção de sentidos acerca da mulher política na contemporaneidade.

No que diz respeito aos conceitos que integram a formação discursiva, o interdiscurso e o intradiscurso, apresentados por Pêcheux como a ideia de conflitos ocorrendo no interior e no exterior dos discursos, impactam os sentidos da língua e os próprios sujeitos. O interdiscurso está relacionado com a exterioridade da linguagem, articulando as formações ideológicas representadas no discurso pelas formações discursivas; assim, um discurso será formado por outro já dito e por outras concepções exteriores, se relacionando com a memória discursiva. O intradiscurso é entendido como algo interior à linguagem, sendo entendido como os elementos que compõe o discurso, os quais encadeados entre si formam um sentido literal a partir da realidade presente (ORLANDI, 2005).

Na sequência, passamos à descrição dos enunciados textuais que compõem o *corpus* deste trabalho, a fim de apresentar suas especificidades em relação à mulher na política, e, em seguida, avançamos para a análise propriamente dita do *corpus*, de modo a interpretar o funcionamento discursivo desses enunciados institucionais.

2. A mulher política dentro do site ONU Mulheres

Após a apresentação da ideia central e do arcabouço teórico, faz-se necessário olhar mais detalhadamente cada uma das reportagens citadas como material de estudo. Em relação à notícia 1 (*Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres lança o Selo “Não à Violência Política”*¹), que retrata a necessidade da criação de um selo em apoio a não violência política contra as mulheres no cenário brasileiro, em um primeiro momento, é possível trazer uma maior atenção para a imagem selecionada para compor a notícia. A imagem se trata de uma captura de tela do encontro realizado pela plataforma *Zoom*, no qual houve a participação de 10 mulheres, porém, na imagem

¹ ONU Mulheres. Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres lança Selo “Não à Violência Política”. Disponível em: <<https://www.onumulheres.org.br/noticias/secretaria-nacional-de-politicas-para-as-mulheres-lanca-selo-nao-a-violencia-politica/>>.

veiculada se encontram a secretária nacional de Políticas para as Mulheres, Cristiane Britto; a ministra da Mulher, da Família e Direitos Humanos à época, Damares Alves; a representante da ONU Mulheres Brasil, Anastasia Divinskaya, e um intérprete de libras.

Para além disso, no corpo do texto existem menções que remetem à ideia de que o afastamento da mulher na política pode ser superado com ações de suporte e mudança de comportamento, sustentado pelo fato de que houve a capacitação de mais de 300 mulheres para acolher denúncias eleitorais, as quais sempre terão caráter anônimo. Essa iniciativa foi inspirada em um projeto já desenvolvido pela Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM), buscando “estimular a participação política, democrática e igualitária das mulheres em cargos eletivos e nos espaços de poder e decisão”, além da promoção do consenso de cidadania igualitária. Outro fato que se destaca na notícia é que, mesmo optando por uma captura de tela que contasse com o enquadramento da ex-Ministra Damares Alves, no momento Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, órgão no qual a SNPM está subordinada, não houve um espaço no corpo do texto para um trecho de suas falas, como houve para as outras participantes.

Já no que diz respeito à notícia 2 (*Com apoio da ONU Mulheres, plataforma on-line reúne estudos inéditos sobre a participação das mulheres brasileiras na política*²), que busca apresentar uma plataforma criada pelo Instituto Alziras que explora e esclarece barreiras que afastam a presença feminina dos postos de poder, há uma preocupação inicial em apontar o panorama geral, informando que, mesmo as mulheres sendo mais de metade da população e do eleitorado, o acesso aos espaços de poder ainda são restritos e permeados por obstáculos. Com isso, a principal intenção do Instituto é a de dar visibilidade para essa questão, informando a população com a intenção de contribuir com práticas mais justas e igualitárias no meio político. Posteriormente, a matéria apresenta algumas das pesquisas que podem ser encontradas no portal inaugurado, ressaltando alguns dados, e a fala de uma das diretoras do Instituto em relação ao tema.

A notícia permite inferir que a decisão de obrigatoriedade de um número

² ONU Mulheres. Com apoio da ONU Mulheres, plataforma on-line reúne estudos inéditos sobre a participação das mulheres brasileiras na política. Disponível em: <<https://www.onumulheres.org.br/noticias/com-apoio-da-onu-mulheres-plataforma-on-line-reune-estudos-ineditos-sobre-a-participacao-das-mulheres-brasileiras-na-politica/>>.

mínimo de mulheres dentro dos partidos foi um passo muito importante, mostrando-se como uma ferramenta para o início de um momento possivelmente mais equilibrado na política. Até o ano anterior às eleições de 2020 menos de um terço do partido das entrevistadas estava se preparando para o lançamento de candidatas do sexo feminino, o que fez com que fosse fundamental criar condições melhores para que as mulheres possam exercer seus direitos institucionais no país. Dentre os estudos que integrarão a plataforma estão as pesquisas “Campanhas de mulheres em tempos de pandemia”, “Financiamento de campanhas de mulheres” e “Violência Política de Gênero”, as quais contam com um apanhado de dados e análises embasados na percepção das mulheres que já estão na política sobre esse cenário, levando em consideração desde a esfera legal até as dinâmicas sociopolíticas.

A notícia de número 3 (*ONU Mulheres Brasil se une a representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em reunião virtual sobre violência e participação política das mulheres*³) traz a discussão de um evento que ocorreu com transmissão ao vivo e abordou um panorama geral das eleições municipais de 2020, enfatizando os desafios que ainda precisam ser enfrentados para chegar à paridade política e enfrentar a violência política contra as mulheres. Um dos principais pontos elencados foi a limitação que as medidas de isolamento social representaram para que as candidatas pudessem se aproximar mais do eleitorado, já que devido a impossibilidade de eventos presenciais a interação foi prejudicada. Outro fato relevante é o aumento da carga de trabalho doméstico, que se intensificou com as medidas sanitárias e fez com que as mulheres dispusessem de menos tempo para atividades institucionais e políticas.

Além disso, é interessante apontar que a reunião se integrou ao que estava sendo chamado de campanha do #ViolênciaNão, que se propõe a lutar pelos direitos políticos das mulheres por meio da prevenção à violência política em contextos eleitorais; a campanha foi lançada pelo próprio ONU Mulheres em parceria com a União Europeia e contou com importantes atores do cenário internacional, como o embaixador da União Europeia no Brasil, Ignacio Ybáñez; a embaixadora da Suécia no Brasil, Johanna Brismar Skoog; e o conselheiro da Embaixada da França no Brasil, Gilles Pecassou. A

³ ONU Mulheres. ONU Mulheres Brasil se une a representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em reunião virtual sobre violência e participação política das mulheres. Disponível em: <<https://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-brasil-se-une-a-representantes-dos-poderes-executivo-legislativo-e-judiciario-em-reuniao-virtual-sobre-violencia-e-participacao-politica-das-mulheres/>>.

representante da ONU Mulheres, Anastasia Divinskaya, aproveitou sua fala para ressaltar a existência de normas globais em prol dos direitos políticos das mulheres, que encontram obstáculos como a violência política, sendo esse um dos maiores problemas no que diz respeito a subrepresentação feminina nos níveis mandatórios de decisão no âmbito nacional.

No tocante a notícia 4 (*ONU lança rede latino-americana para promover participação das mulheres na política*⁴), esta aborda o lançamento da iniciativa que explicita a necessidade da promoção do espaço institucional para a mulher latino-americana na política. Tal iniciativa entende que os interesses públicos precisam representar mais igualitariamente o grupo feminino, para que, consequentemente, as políticas públicas não sejam encaradas com distanciamento. O evento contou com a presença da vice-presidente da Costa Rica, Epsy Campbell Barr, da diretora regional adjunta da ONU Mulheres para as Américas e o Caribe, Lara Blanco e do diretor do Centro Regional do PNUD para a América Latina e o Caribe, Richard Barathe. Nesse sentido, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançou a Rede de Democracia Paritária, que objetiva incentivar a participação da mulher nas esferas de poder, já que até então, na América Latina e no Caribe, as condições de acesso e permanência a cargos políticos se mantêm baixas, denotando a necessidade de ações em prol de uma maior paridade política.

No panorama nacional, o Brasil está na 112^a posição no ranking quando se trata do empoderamento político das mulheres, ficando atrás de países como Bolívia e Colômbia, apresentando um cenário melhor do que o Paraguai na 114^a posição. O lançamento da Rede de Democracia Paritária contou com especialistas regionais, atores políticos, líderes e formadores de opinião, fazendo parte da iniciativa Atenea, promovida pelo PNUD, ONU Mulheres e Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral, que visa a troca de informações para a criação de estratégias e ações multinacionais. Observando mais afundo a Atenea, ela se enquadra como um mecanismo que busca por meio da liderança da representação aproximar as mulheres latino-americanas da política. Suas ações já estão presentes em oito países, sendo estes, México, Guatemala, Panamá, Uruguai, Chile, Argentina, Peru e Honduras. Por fim,

⁴ ONU Mulheres. ONU lança rede latino-americana para promover participação das mulheres na política. Disponível em: < <https://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-lanca-rede-latino-americana-para-promover-participacao-das-mulheres-na-politica/>>

neste trabalho é também analisada a página Sobre a ONU Mulheres⁵, que se propõe, de modo resumido, a trazer a história de criação de atuação da ONU Mulheres. Sua criação ocorreu em 2010, visando “unir, fortalecer e ampliar os esforços mundiais em defesa dos direitos humanos das mulheres” (ONU MULHERES, 2022).

Assim, a criação da instituição ocorreu em relação ao anteriormente existente Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), que já trabalhava com temas tangentes aos da instituição. Suas áreas de atuação podem ser elencadas em três vertentes: a liderança e participação política, governança e normas globais; o empoderamento econômico e a prevenção e eliminação da violência contra mulheres e meninas, paz e segurança e ação humanitária. A ONU Mulheres busca atuar por meio de parcerias com a sociedade civil, os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), as Universidades, empresas privadas e a própria Instituição das Nações Unidas, para que os compromissos acordados pelos países membros da ONU em relação aos direitos das mulheres sejam efetivamente cumpridos.

Dentre os direitos humanos das mulheres garantidos pela ONU e apresentados na página *Sobre a ONU Mulheres*, é interessante citar alguns deles. Assim, a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, atua com força de lei no panorama nacional, e é considerada por muitos a carta de direitos humanos das mulheres. A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, de 1994, que enquadra a violência contra as mulheres como uma violação de direitos humanos, assim como, uma manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens. A Declaração e Plataforma de Ação de Pequim de 1995, que define o conceito de gênero para o plano internacional e apresenta um consenso dos Estados-Membros em um compromisso mínimo com os direitos humanos das mulheres. Por fim, a Declaração dos Povos Indígenas de 2007, que se caracteriza como um documento sobre os direitos dos povos originários, com reconhecimento à diversidade étnica e à riqueza das civilizações e culturas indígenas.

⁵ ONU Mulheres. Disponível em: < <https://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>>.

3. A compreensão da mulher política nas notícias selecionadas

Partindo para uma observação mais concisa dos dados apresentados, é possível encontrar enunciados e repetições na notícia 1 que permitem identificar efeitos de sentidos ideológicos e sociais. Assim, como encontrado no trecho da fala de Cristiane Britto “[...] através de políticas públicas que incentivassem e criassem suportes para que as mulheres superassem os entraves que as afastam dos cargos políticos, de poder e de decisão”, existe uma preocupação para que sejam pensadas ações de suporte para a superação dos obstáculos existentes no caminho das mulheres, porém, não se encontram menções que tratem da importância de alterar a estrutura das instituições e da forma de fazer política, esta que como apresentado na seção um, sempre foi pensada por e para homens. Além disso, por meio da notícia 1, é possível apreender ainda a exclusão da mulher da política institucional e continuidade de um discurso de cunho mais conservador, já que existe a indicação da necessidade de “políticas públicas”, o que remete a ideia de criar um portal voltado para a mulher política. Nesse sentido, entende-se que as políticas precisam acontecer apenas pelo fato de que há exclusão da mulher na vida pública.

Outro ponto que se torna relevante nessa notícia é a escolha do termo “violência política contra as mulheres” em diversas passagens. O termo, mais do que representar o conceito da criação do selo, vem atrelado ao significado de enfrentamento e superação da palavra “contra”. Mesmo com um grande número de menções dentro do corpo do texto, em nenhum momento existe a exemplificação de alguns possíveis tipos de violência contra a mulher, o que poderia auxiliar no que diz respeito à conscientização e efetivo combate, bem como, não existem explicações sobre possíveis formas de enfrentamento que poderiam ocorrer ou que já ocorrem. Mesmo que, como destacado no parágrafo anterior, o enunciado mencione a carência de políticas públicas, é importante materializar essa argumentação trazendo para a realidade modelos factíveis de implementação para que realmente ocorra o combate à violência contra a mulher, já que por meio do selo é possível conscientizar, mas não atingir a mudança comportamental e trazer a alteração das microrrelações de poder existentes na política institucional.

Outro aspecto que se ressalta na escolha dos termos “violência política contra as mulheres” é o fato de que essa expressão frequentemente vem atrelada a grupos

minoritários, como as populações negra, indígena, periférica, LGBTQIA+ e nesse caso, as mulheres, já que, apenas pela condição de sua existência a população masculina tende a não sofrer de males como esses. Assim, como reforçado anteriormente, já que não existe uma preocupação em alterar a estrutura das instituições que foram pensadas para servir a esse grupo que não sofre de violência política, este campo continua a ser um espaço de poder negado às mulheres, mantendo a continuidade da exclusão desse grupo dos meios institucionais, mesmo que haja a intenção de criação do portal voltado para a mulher política.

Ainda, outro elemento que se mostra paralelo a ideia de combate à violência contra a mulher e de reconstrução institucional é a escolha pelo diálogo com a ex-Ministra da Mulher, da Família e Direitos Humanos, Damares Alves. Nesse sentido, é possível pontuar que as políticas da ex-Ministra inscrevem-se num posicionamento ideológico que se mostra afastado dos ideais de transformação institucional e formação de novas políticas que fomentem o acesso da mulher ao empoderamento. Além disso, torna-se questionável a posição de trazer ao debate uma mulher com um cargo político de liderança e de grande importância para o cenário brasileiro, mas optar por não posicionar nenhuma fala proferida pela ministra na notícia, mesmo que o seu cargo seja em prol da mulher e da seguridade dos direitos humanos, o que vai totalmente de encontro ao que busca a ONU, e consequentemente, a ONU Mulheres. Mesmo que as posições da ex-ministra não sejam sempre tão favoráveis aos avanços no empoderamento feminino e na busca de igualdade para as mulheres, seu silenciamento nessa reportagem enfatiza a necessidade de um posicionamento em prol da justiça política para as mulheres, já que mesmo após enfrentar todas as dificuldades culturais e institucionais para a conquista de um cargo político, seu poder de fala ainda não é assegurado.

No que se refere à notícia 2, diferentemente do que foi observado na notícia 1, mesmo tratando do afastamento da mulher do cenário eleitoral, as menções à violência são menos frequentes. Entretanto, há uma repetição do termo “poder”, em que todas as menções estão relacionadas à conquista de espaços de poder, fazendo jus ao embasamento da notícia de promover a participação feminina. A escolha do termo “poder” no texto pode remeter a sentidos históricos e a criação de novos sentidos no discurso. Dessa forma, pode-se dizer que a opção por seu uso traz a concepção de que a mulher ainda se encontra dependente das microrrelações de poder presentes no campo institucional, principalmente na política, tendo ainda dentro desse espaço papéis

destinados às mulheres e outros aos homens, o que respalda a necessidade da criação de uma plataforma voltada especificamente para a conscientização sobre o tema.

Além disso, é interessante apontar a escolha da imagem para ser veiculada na notícia, já que ela é protagonizada por uma mulher negra, mesmo que o corpo do texto não faça menção às maiores dificuldades de acesso aos meios institucionais de poder enfrentados por essa população. Ainda, observando a foto, pode-se inferir que esta mulher se posiciona com autoridade e liderança, elementos que são completados com a escolha do traje para a foto, um blazer. Observa-se que a escolha do traje diz muito sobre o sujeito discursivamente construído, já que muitas vezes roupas com o mesmo estilo são associadas ao gênero masculino, que é majoritariamente conectado às noções de poder, liderança e autoridade. Assim, o vestir busca passar uma comunicação de sentido relacionada a aspectos individuais e biológicos (OLIVEIRA, 2015), que, nesse contexto, complementa os inúmeros usos da palavra poder, presentes no corpo do texto. Dessa forma, existe uma contradição na mensagem de ampliação de acesso das mulheres aos cargos políticos e a imagem discursivamente construída de uma mulher que dispõe de poder apenas por utilizar um blazer.

Complementando a ideia da frequência de aparição de certos termos nas notícias é possível analisar a notícia 3. Com isso, o texto se propõe a tratar dos dois temas que foram anteriormente citados, tanto o combate em prol do fim da violência contra a mulher quanto o aumento da participação feminina na política. O que se sobressai no corpo do texto é o número de aparições dos termos “violência” (19 vezes) e “política” (27 vezes), sendo muito maior do que a reportagem que buscava tratar de cada um dos temas de forma singular. Ainda, muitos dos enunciados fazem a junção dos termos, colocando como ponto chave da discussão o combate à violência política contra a mulher, trazendo recomendações da gerente de projetos da ONU Mulheres Brasil para a problemática. Além disso, uma das passagens trata da “violência política de gênero”, ao invés de manter o padrão utilizado de “violência política contra as mulheres”; mesmo que não tenha sido uma ideia amplamente desenvolvida, a escolha do termo “gênero” mostra um reconhecimento da violência política que é sofrida por outros gêneros que não apenas o feminino.

A notícia também contou com um trecho da fala da procuradora regional do Ministério Público Eleitoral (MPE), Silvana Batini, sendo:

Todas as iniciativas são e serão sempre bem-vindas, mas sem uma

base normativa sólida, clara, será impossível perseguirmos algum resultado eficaz no combate à violência política de gênero. O direito penal tem um papel relevante, inexorável, inevitável e irrenunciável no enfrentamento da violência política, mas é importante saber também que existem outras espécies de tutela que não devem ser deixadas de lado especialmente na regulamentação das campanhas eleitorais. (ONU Mulheres, 2022)

A escolha pelo uso da fala da procuradora contrasta com as ideias apresentadas em todos os outros enunciados veiculados no texto, já que é enfatizado por outras autoridades e pelas próprias palavras da ONU Mulheres que é necessário que haja uma modificação na estrutura das instituições para que a mulher também possa fazer parte dela. Nesse sentido, encerrar a notícia com o apontamento de que é necessária uma normativa sólida que embase o combate, além de ressaltar que existem outras regulamentações que não podem ser deixadas de lado, mostra-se diferente do entendimento anteriormente apresentado, de que as instituições e as normas são até hoje pensadas por e para homens, o que não corrobora a inserção das necessidades de outros gêneros.

Para além disso, também é mencionado que para que as mulheres ingressem na política mudanças devem ocorrer para que o ambiente se torne menos hostil a elas. O termo hostilidade pode trazer uma interpretação de agressividade ou inimizade, o que no contexto aborda um ambiente totalmente desfavorável à participação feminina. Dessa forma, a sociedade civil sendo hostil à presença da mulher na política reafirma a existência da violência política, a qual é uma consequência desse comportamento de aversão ainda performado pela conjuntura social. A escolha desse termo torna ainda maior a importância da aproximação da ONU Mulheres com representantes dos três poderes, como é veiculado na notícia, levando em consideração que estes podem ser porta-vozes de uma mudança política e social.

No que tange à notícia 4, inicialmente já se observa um enfoque diferente, em que não apenas será tratado o tema da participação das mulheres na política envolvendo o Brasil, mas sim a América Latina. Mesmo trazendo uma continuidade dos temas supracitados, já que envolve o ideal de ampliação da participação de mulheres na política, nessa notícia não existem menções ao combate à violência contra a mulher, seja ela qual for. É possível observar uma troca de enfoque, visto que as outras reportagens, mesmo que vagamente abordavam além da promoção da mulher nesse meio, alguns dos motivos pelos quais as microrrelações de poder entre gênero

continuam distintas, porém, aqui não são mencionados motivos que intensifiquem a falta de participação feminina na política latino-americana como um todo. Complementarmente, ao não pontuar os obstáculos, também não existe uma preocupação em ressaltar quais tipos de medidas poderiam fazer com que a rede latino-americana promovesse a participação das mulheres na política, sendo apenas mencionado como isso poderia contribuir para o desenvolvimento social.

Ainda contrastando com as notícias anteriores, para essa reportagem a foto escolhida não se mostra ligada a ideia de construção da imagem de empoderamento e autoridade para as mulheres, como ocorreu na notícia 2, ao trazer um traje formalmente relacionado a políticos do sexo masculino. Assim, a imagem escolhida retrata uma mulher mexicana, a qual está participando de um projeto para a conservação da natureza com o projeto Comitê Comunitário para a Redução do Risco de Desastres. O sujeito construído pela imagem difere do sujeito abordado nos enunciados, já que a ideia principal é a de tratar da atuação da mulher em meios institucionais, como Congressos e parlamentos, e não sua participação social como a que ocorre no Comitê Humanitário.

Por fim, a última página analisada é a de apresentação do que é a ONU Mulheres. Nesse sentido, o projeto se posiciona como uma frente de união e fortalecimento em prol à concretização dos direitos humanos das mulheres no Brasil e no mundo, com isso, seu apoio recai sobre projetos que tenham o mesmo enfoque. Entretanto, é enunciado no corpo do texto que a instituição apoia “articulações e movimento de mulheres e feministas”, criando uma divisão entre o ser mulher e o ser feminista, um movimento social protagonizado por mulheres. Ainda, a página de apresentação elenca alguns grupos de mulheres como mulheres negras, indígenas, jovens, trabalhadoras domésticas e trabalhadoras rurais, e complementa sua ideia com a utilização de imagens. Nesse cenário é interessante observar, que sendo uma organização atuante em todos os Estados-membro da ONU e, portanto, que busca a efetividade dos direitos das mulheres no mundo, as fotos escolhidas protagonizam grupos sociais minoritários, em que pese, mulheres negras e indígenas, trazendo em sua página institucional destaque e empoderamento a essas mulheres.

De modo geral, mesmo a página de apresentação institucional apontando como seu maior objetivo a promoção dos direitos humanos das mulheres, nem todas as notícias selecionadas contam com passagens que retratam seus pontos focais como a defesa desses direitos. Além disso, os momentos que trazem o enfoque para a temática

da política não conseguem estruturar efetivamente como as instituições podem ser modificadas para que as microrrelações de poder vejam o sujeito mulher da mesma forma que enxergam o sujeito homem. É possível visualizar que todos os enunciados trazem a historicidade da compreensão de que esse espaço é um espaço negado há muito tempo, e entendem que apenas o apoio e a movimentação conjunta podem contribuir para a promoção desse progresso. Entretanto, cada reportagem traz de uma forma particular, como já mencionado, a abordagem da problemática da mulher na política, não havendo um padrão para o tratamento desse tema. Contudo, regularidades também foram observadas nas notícias, sendo a principal, a necessidade da reflexão sobre novas formas de enfrentamento à violência política contra a mulher.

4. Considerações finais

Após a observação de tudo que foi elencado acima, é possível dizer que para além da falta de padronização no tratamento dos temas abordados, e na construção da ideia do que seria a mulher política, existem regularidades, que aparecem algumas vezes de forma explícita e outras não. Assim, o que mais se observa nos enunciados é a abordagem da violência política contra a mulher, englobando os aspectos que permeiam a dificuldade de obtenção de espaço dentro das instituições políticas, e dentro da sociedade como um ser político, além da afirmação da existência de exclusão de outros grupos historicamente marginalizados que não apenas o das mulheres, como a população negra e a periférica.

Com isso, mesmo não havendo explicitamente a construção da ideia de mulher política, dentro das regularidades existentes, ocorre um embasamento da noção do que seria esse sujeito. Diante disso, a mulher política é caracterizada como um sujeito que ainda tem o seu direito de participação política cerceado, mantendo estruturas e microrrelações de poder em que os homens ainda detém a maior autoridade. Assim, para esse sujeito, como foi abordado em todas as notícias selecionadas, faz-se necessária a existência de meios auxiliares para que seu local de direito dentro da política, e conjuntamente dentro da sociedade, seja retomado. Além disso, também se ressalta não só a existência de meios para ampliar sua participação, como ferramentas para que nenhum tipo de violência ou injustiça ocorra como esse grupo, como ficou evidente pelas inúmeras ocorrências do termo “violência política contra a mulher”.

Além disso, sendo a ONU um órgão internacional de alta importância mundial,

a criação da ONU Mulheres, com atuação global, evidencia uma necessidade que perpassa o cenário nacional, indicando que a criação de iniciativas para a verdadeira eficiência dos direitos das mulheres é uma problemática que atinge diversas regiões do mundo. A própria existência de uma instituição que se preocupa com questões que deveriam ser intrínsecas, já que são de direito das mulheres, implica a existência de tratamentos distintos, no que diz respeito à atuação do homem e da mulher em ambientes políticos.

Outra regularidade que se ressalta na análise, é a modalidade aplicada pelas iniciativas propostas. Mesmo a pesquisa tendo sido realizada com notícias do período da pandemia, o que implica o distanciamento social, todas as iniciativas analisadas trazem propostas que se limitam ao contexto online, sendo conferências, criação de plataformas e informativos que veicularão na internet. É interessante observar o reflexo dessas iniciativas, e se a falta de ações presenciais, ou que tragam a reestruturação de instituições e processos, não faz com que todo o ideal de empoderamento das mulheres na política fique tendencialmente no plano virtual e não seja sentido ou visto pela sociedade. Por fim, cabe também salientar que, dentro do panorama atual, todos os tipos de iniciativas são necessárias para o empoderamento feminino e devem ser apoiadas e intensificadas.

Referências

BEARD, Mary. **Mulheres e poder: um manifesto.** Tradução de Celina Portocarrero. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018. 128p. ISBN 978-85-422-1237-2

CEDAW. Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher. **ONU Mulheres**, 2022. Disponível em:
<https://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2013/03/convencao_cedaw1.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2022.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso: reflexões introdutórias**. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 21ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 11ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Análise do discurso: lugar de enfrentamentos teóricos**. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, João Bosco Cabral (org). Teorias Linguísticas. Problemáticas Contemporâneas. Uberlândia: UFU, 2003, p. 21-34.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Claraluz, 2004.

MALDIDIER, Denise. **Elementos para a história da Análise do Discurso na França**. In. ORLANDI, E. P. (org). Gestos de leitura. Campinas: Unicamp, 2014.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O Voto Feminino no Brasil**. 2. ed – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

OLIVEIRA, Karla Beatriz Barbosa de. **A roupa da presidente: uma análise de comunicação pelas vestes**. Universidade de Brasília: Faculdade de Comunicação. Brasília, 2015. Disponível em:
<https://bdm.unb.br/bitstream/10483/12327/1/2015_KarlaBeatrizBarbosadeOliveira.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022

ONU. Carta das Nações Unidas. 1945. **MPSP**, 2022. Disponível em:
<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/normativa_internacional/Sistema_ON_U/SU.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2022.

ONU Mulheres. Disponível em: <<https://www.onumulheres.org.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2022

ONU Mulheres. Com apoio da ONU Mulheres, plataforma on-line reúne estudos inéditos sobre a participação das mulheres brasileiras na política. **ONU Mulheres**, 2022. Disponível em:
<<https://www.onumulheres.org.br/noticias/com-apoio-da-onu-mulheres-plataforma-on-line-reune-estudos-ineditos-sobre-a-participacao-das-mulheres-brasileiras-na-politica/>>. Acesso em: 15 mar. 2022

ONU Mulheres. ONU lança rede latino-americana para promover participação das mulheres na política. **ONU Mulheres**, 2022. Disponível em:
<<https://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-lanca-rede-latino-americana-para-promover-participacao-das-mulheres-na-politica/>>. Acesso em: 16 mar. 2022

ONU Mulheres. ONU Mulheres Brasil se une a representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em reunião virtual sobre violência e participação política das mulheres. **ONU Mulheres**, 2022. Disponível em:
<<https://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-brasil-se-une-a-representantes-dos-poderes-executivo-legislativo-e-judiciario-em-reuniao-virtual-sobre-violencia-e-participacao-politica-das-mulheres/>>. Acesso em: 16 mar. 2022

ONU Mulheres. Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres lança Selo “Não à Violência Política”. **ONU Mulheres**, 2022. Disponível em:
<<https://www.onumulheres.org.br/noticias/secretaria-nacional-de-politicas-para-as->>

mulheres-lanca-selo-nao-a-violencia-politica/>. Acesso em: 16 mar. 2022

SOUZA. Washington Luis. **Ensaio sobre a noção de poder em Michel Foucault.** Revista Múltiplas Leituras, v. 4, 2, 2011, p. 1-2 ISSN 1982-8993. São Paulo, 2011.

UNAIDS. **ONU Mulheres.** Disponível em: <<https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2016/10/ONU-MULHERES-Hq.pdf>>. Acesso em 15 jul. 2022